

NEWTON DE LUCCA
ADALBERTO SIMÃO FILHO
CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA
COORDENAÇÃO

DIREITO
& INTERNET III TOMO I
MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI N. 12.965/2014)

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação e Finalização: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Tarsila Nascimento Marchetti, Ivan Antunes

Capa: Eduardo Nallis Villanova

Imagem da Capa: Placa-mãe, por Jan Vašek

1123662

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (coords.). *Direito & Internet III – Tomo I: Marco Civil da internet (Lei n. 12.965/2014)* – São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ISBN: 85-7674-752-9

1. *Internet* [Rede de computadores] – Leis e legislação – Brasil
I. De Lucca, Newton II. Simão Filho, Adalberto III. Lima, Cíntia Rosa Pereira de.
CDU-34:681.324(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: *Internet: Marco Civil da Internet: Direito: 34.681.324(81)*

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Autores15

PARTE I

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO MARCO CIVIL

1. Marco Civil da Internet – uma Visão Panorâmica dos Principais Aspectos Relativos às suas Disposições Preliminares, 23

NEWTON DE LUCCA

I. Considerações introdutórias.....	23
II. Aspectos gerais das disposições preliminares.....	32
III. Breves considerações sobre o conceito de princípio.....	35
IV. Fundamentos da disciplina do uso da internet no Brasil.....	61
V. Princípios da disciplina do uso da internet no Brasil.....	63
VI. Objetivos da disciplina do uso da internet no Brasil.....	64
VII. Conceitos empregados na lei.....	70
VIII. Norma de interpretação da lei.....	71
IX. Conclusões.....	76

2. Uma Breve História da Criação do Marco Civil, 79

RONALDO LEMOS

1. Introdução: A Importância do Marco Civil no Contexto Internacional.....	79
2. Uma Breve História da Criação do Marco Civil.....	82
3. Do Marco Zero à disseminação da ideia do Marco Civil.....	85
4. Conclusão.....	98
5. Bibliografia.....	100

3. NETMundial e o Marco Civil: a Necessidade de Ambos, 101

DEMI GETSCHKO

4. Políticas Públicas para a Inserção do Idoso na Sociedade da Informação: Da Inclusão Digital à Inclusão Social, 107

ANTONIO CARLOS MORATO

5. Abertura e Colaboração como Fundamentos do Marco Civil da Internet: a Atuação do Poder Público na Construção do Governo Eletrônico Brasileiro e a Governança da Internet, 129

RUBENS BEÇAK & JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI

Introdução.....	129
1. Fundamentos do Marco Civil: breves assertivas à luz da teoria dos direitos fundamentais.....	130
2. Abertura e colaboração: a ciberdemocracia e a concretização dos princípios do governo eletrônico	135
2.1. Alicerces normativos do <i>e-government</i> brasileiro: transparência e participatividade	137
2.2. Gestão multiparticipativa na governança e a função do Comitê Gestor da Internet.....	141
Considerações finais.....	144
Referências Bibliográficas	145

6. A Lei nº 12.965/14 como Instrumento de Promoção dos Direitos Humanos, 147

MARCELO BENACCHIO & QUEILA ROCHA CARMONA DOS SANTOS

Introdução.....	147
1. Os Direitos Humanos e o Poder.....	148
2. Encontros Tecnológicos e os Espaços Virtuais	152
3. Os Direitos Humanos e a Internet	156
4. Ordem Jurídica Brasileira – a Lei nº 12.965/14 como Instrumento de Promoção dos Direitos Humanos	163
Conclusão	167
Referências Bibliográficas	169

7. Direitos Humanos e Cidadania Digital, 171

PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR.

1. Introdução	171
2. Direitos Humanos.....	172
3. Cidadania	173
4. Sociedade da Informação	175

5. Marco Civil e Cidadania Digital	179
6. Conclusão	183
Referências Bibliográficas	184

8. Direito Fundamental à Exclusão Digital, 187

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

1. Exclusão Digital e a Dignidade da Pessoa Humana.....	188
2. Das redes e tecnologias de informação e comunicação e a Dignidade	190
3. O Brasil nas contradições da inclusão digital: necessidade da exclusão.....	193
3.1. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).....	196
3.2. Os Equipamentos Antifurtos do CONTRAN.....	198
3.3. A Urna Eletrônica Biométrica	199
3.4. Procedimento Eletrônico Judicial.....	201
3.5. A falta de transparência no acúmulo de informações nas práticas governamentais brasileiras: direitos humanos afrontados.....	202
4. Exclusão digital como direito fundamental	204
Referências Bibliográficas	206
Referências na Internet	206

9. A Atuação do Poder Público no Desenvolvimento da Internet: das Experiências de Governo Eletrônico às Diretrizes Previstas na Lei nº 12.965/2014, 207

ROSANE LEAL DA SILVA

Introdução.....	207
1. Da autorregulação à edição da Lei nº 12.965/2014: notas introdutórias para a compreensão da regulação da internet no Brasil.....	208
2. O uso das tecnologias e o desenvolvimento do conceito de Governo eletrônico	210
3. Breve panorama dos anos iniciais do Governo Eletrônico no Brasil	214
4. O Governo Eletrônico à luz da Lei nº 12.965/2014	221
Considerações Finais.....	229
Referências Bibliográficas	231

10. Cultura Digital e Marco Civil da Internet: Contradições e Impedimentos Jurídicos no Acesso à Informação, 235

MARCOS WACHOWICZ

1. O Marco Civil da Internet: A Legitimidade do Processo	235
2. Noções Conceituais Fundamentais: a Ideia de Informação na Sociedade Informacional	236
3. A Cultura Digital: os Novos Insumos da Sociedade Informacional	239
4. Direitos Humanos: a Liberdade de Expressão e o Acesso a Informação	241
5. Cultura Digital e Direito de Informação: Uma Nova Dimensão dos Direitos Humanos	243
6. Considerações Finais	244
Referências Bibliográficas	245

11. Fundamentos Constitucionais do Marco Civil da Internet, 247

PAULO ADIB CASSEB

Introdução	247
1. A Era da Imagem	247
2. Os Direitos à Privacidade e a Invasão Eletrônica	250
3. O Marco Civil da Internet no Brasil	254
Conclusão	259
Referências Bibliográficas	259

PARTE II

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. A Proteção dos Dados Pessoais na Fase de Coleta: Apontamentos sobre a Adjetivação do Consentimento Implementada pelo Artigo 7, Incisos VIII e IX, do Marco Civil da Internet a Partir da *Human Computer Interaction* e da *Privacy By Default*, 263

CÍNTIA ROSA PEREIRA LIMA & BRUNO RICARDO BIONI

1. Introdução e premissas metodológicas	263
2. A proteção dos dados pessoais no Marco Civil da Internet.....	265
2.1. Efeitos “pós-snowden” e o consentimento do titular dos dados como elemento central para a sua proteção	265

2.2. Consentimento como informado e expresso: um possível caminho a ser percorrido com a interação entre o homem e o computador (Human Computer Interaction/HCI)	268
2.3. Considerações sobre <i>privacy by default</i> : a configuração padrão dos navegadores para a proteção dados pessoais na fase de coleta	277
3. Considerações sobre consentimento informado e expresso para a coleta dos dados pessoais a partir da multa aplicada pela Secretaria de Defesa e Proteção do Consumidor à Operadora de Telefonia Móvel “Oi”	283
4. Conclusões.....	286
5. Referências Bibliográficas.....	287

2. A Privacidade, a Proteção dos Dados e dos Registros Pessoais e a Liberdade de Expressão: Algumas Reflexões sobre o Marco Civil da Internet no Brasil (Lei nº 12.965/2014), 291

ANTONIA ESPÍNDOLA LONGONI KLEE & GUILHERME MAGALHÃES MARTINS

1. Introdução	291
2. A Evolução do Conceito de Privacidade, a Liberdade de Expressão e o Direito Fundamental à Proteção dos Dados Pessoais.....	295
2.1. O direito fundamental à privacidade e à liberdade de expressão	295
2.2. A evolução do conceito de privacidade na sociedade da informação	298
3. A Regulamentação da Proteção dos Dados e dos Registros Pessoais no Ordenamento Jurídico Brasileiro	310
3.1. Princípios da proteção de dados pessoais.....	316
3.1.1. Princípio da transparência ou da publicidade	317
3.1.2. Princípio da boa-fé ou da pertinência ou da finalidade	318
3.1.3. Princípio da segurança	323
3.1.4. Princípio do livre acesso ou da participação	323
3.1.5. Princípio do consentimento	324
3.2. Regime jurídico de proteção dos dados pessoais	325
3.2.1. O Código de Defesa do Consumidor e o Projeto de Lei do Senado nº 281/2012 sobre comércio eletrônico	327
3.2.2. A Lei nº 12.965/2014 – o Marco Civil da Internet no Brasil	336
3.2.3. O Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais	352

3.2.4. Outras iniciativas legais de proteção de dados e de registros pessoais	359
4. Conclusão	361
Referências	362

3. Princípios de Proteção de Dados Pessoais, 369

DANILO DONEDA

4. Marco Civil da Internet e Direitos da Personalidade, 385

FÁBIO HENRIQUE PODESTA

1. Contextualização da temática e breves considerações sobre a Lei do Marco Civil da Internet (LMCI)	385
2. Os direitos da personalidade na atual conformação jurídica nacional	397
3. Colisão e conformação de direitos: liberdade de expressão e preservação dos direitos da personalidade	400
4. Conclusões	402
Bibliografia	402

5. Proteção da Privacidade e de Dados Pessoais na Internet: O Marco Civil da rede examinado com fundamento nas teorias de Zygmunt Bauman e Manuel Castells, 405

IRINEU FRANCISCO BARRETO JUNIOR

Introdução	405
Sociedade em Rede	406
Vigilância Líquida	413
Marco Civil, Proteção da Privacidade e de Dados Pessoais na Internet	419
Conclusão	428
Referências Bibliográficas	429

6. A Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade no Marco Civil da Internet, 431

SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG & FLAVIA PIVA ALMEIDA LEITE

Introdução	431
1. Liberdade de Expressão do Pensamento	432

2. Limites à Liberdade de Expressão do Pensamento:	
Direito à Privacidade	435
3. O Direito à Privacidade e o Marco Civil da Internet.....	439
Conclusões	444
Referências	445

7. A Proteção de Dados Pessoais entre Leis, Códigos e Programação: Os Limites do Marco Civil da Internet, 447

RAFAEL A. F. ZANATTA

Introdução.....	447
1. O problema do atraso regulatório brasileiro para proteção de dados pessoais.....	449
A. O debate teórico sobre regulação e direito	449
B. A “colcha de retalhos jurídica” para proteção de dados pessoais no Brasil	451
C. O atraso brasileiro em perspectiva comparada: emergência das autoridades garantidoras na América Latina.....	453
2. A discussão do anteprojeto de dados pessoais no Brasil	455
A. A construção do consenso na academia e no governo	455
B. Avaliando a participação dos atores na discussão do anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais	456
C. Correção e autorregulação: mobilizações em torno do desenho regulatório.....	459
3. Para além do texto legal: desafios para a construção do modelo regulatório híbrido	462
A. Limites do Marco Civil da Internet	462
B. Enxergando a caixa de ferramentas do sistema regulatório híbrido	464
C. Desafios de uma agenda: atores e papéis	466
Conclusão	468
Referências.....	469

8. A Tutela da Privacidade do Consumidor na Internet: Uma Análise à Luz do Marco Civil da Internet e do Código de Defesa do Consumidor, 471

LAURA SCHERTEL MENDES

1. Introdução	471
2. O Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor: um diálogo	474

3. O direito básico do consumidor à proteção de dados pessoais na internet	476
3.1. Condições de legitimidade para o tratamento de dados pessoais	478
3.2. Procedimentos para a garantia do direito	485
i) Transparência	485
ii) Tratamento de dados compatível com a finalidade da coleta	487
iii) Garantia dos direitos de acesso, retificação e cancelamento	487
iv) Proteção dos dados sensíveis	488
v) Segurança dos dados pessoais	488
vi) Limitação temporal	491
3.3. Fiscalização, aplicação de sanções e reparação	491
4. Análise de casos	494
4.1. <i>Cookies</i>	495
4.2. Publicidade comportamental	496
5. Conclusão	499
6. Referências Bibliográficas	499

9. O Direito à Privacidade no Marco Civil da Internet, 503

FÁBIO ULHOA COELHO

1. A substituição dos legisladores pelos programadores	503
2. Direito à privacidade	504
3. Inviolabilidade da vida privada e seus limites	506
4. O caso “Cicarelli”	509
5. Privacidade na internet	511
6. Privacidade no Marco Civil da Internet	513
7. Lembra daquilo que chamávamos de privacidade?	514

10. Marco Civil da Internet e Proteção de Dados Pessoais, 517

MARCEL LEONARDI

1. Introdução	517
2. Proteção de dados e sua importância	518
3. O tratamento de dados pessoais para fins comerciais e o Marco Civil	524
4. A privacidade do usuário em relação ao Estado e o combate a atos ilícitos online pré e pós Marco Civil da Internet	530
5. A importância das plataformas digitais	536

11. O Direito ao Esquecimento (*Right to Oblivion*), 539

LEONARDO NETTO PARENTONI

1. Introdução e Delimitação do Tema.....	539
2. Ponderação de valores: Entre a memória e o esquecimento.....	541
3. Nomenclaturas e etimologia	546
4. Classificação dos dados e alcance do direito ao esquecimento.....	548
5. Diferenças quanto à percepção do fenômeno: EUA X CE	554
6. <i>Leading cases</i> estrangeiros	558
7. Legislação estrangeira.....	566
8. Definição, natureza jurídica e alcance do direito ao esquecimento	576
8.1. Natureza jurídica.	581
8.2. Quem pode exercê-lo.....	582
8.3. Como e contra quem pode ser exercido	582
8.4. Prazo	585
8.5. Objeto	585
9. Limites do direito ao esquecimento.....	590
10. Barreiras tecnológicas e dificuldades de efetivação (<i>enforcement</i>)	600
11. Efeitos colaterais do direito ao esquecimento.....	606
12. A realidade brasileira.....	609
13. Conclusão	613
Bibliografia efetivamente consultada.....	613
Fontes normativas efetivamente consultadas	617

12. O Direito ao Esquecimento e a Privacidade, 619

PATRICIA MARTINEZ ALMEIDA & VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

Introdução.....	619
1. O Direito ao esquecimento como garantia aos usuários de um sistema protetivo à dignidade humana na rede.....	621
2. O direito de ser deixado em paz: a possibilidade de um botão apagar na internet	627
3. A aplicação do direito ao esquecimento: as experiências europeia e brasileira	633
Conclusão	641
Referências	642

NEWTON DE LUCCA
ADALBERTO SIMÃO FILHO
CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA
COORDENAÇÃO

DIREITO
& *INTERNET III* TOMO II

MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI N. 12.965/2014)

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: *Studi• Quartier*

Finalização: Victor Guimarães Sylvio e Eduardo Nallis Villanova

Capa: Eduardo Nallis Villanova

Imagem da Capa: Placa-mãe, por Jan Vašek

1123662

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (coords.). *Direito & Internet III – Tomo II: Marco Civil da internet (Lei n. 12.965/2014)* – São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ISBN: 85-7674-781-2

1. *Internet* [Rede de computadores] – Leis e legislação – Brasil
I. De Lucca, Newton II. Simão Filho, Adalberto III. Lima, Cíntia Rosa Pereira de.
CDU-34:681.324(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: *Internet: Marco Civil* ■ *Internet: Direito*: 34.681.324(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Autores	19
---------------	----

PARTE III

ASPECTOS TECNOLÓGICOS: EMPRESA E DESENVOLVIMENTO

1. Revisitando a Nova Empresarialidade a partir do Marco Civil em Contexto de Internet das Coisas, 27

ADALBERTO SIMÃO FILHO

Introdução.....	27
1. A atividade empresarial ética em face dos direitos e garantias do usuário	29
2. Desafios empresariais – Paradoxo decorrente da utilização dos dados maciços	33
3. A atividade empresarial em tempos de internet das coisas	38
3.1. A influência da ecoeconomia e da termodinâmica na construção do novo paradigma denominado Internet das Coisas – IdC	40
3.2. Há uma terceira revolução gerada pela IdC?	43
Aspectos conclusivos	45
Bibliografia	47

2. O Marco Civil da Internet e as Liberdades de Mercado, 49

EDUARDO TOMASEVICIUS FILHO

1. Introdução: a Internet e as novas formas de comércio.....	49
2. Como a Internet interfere no funcionamento do mercado?	52
3. O Marco Civil da Internet e as liberdades de mercado.....	55
4. Outra polêmica envolvendo liberdades de mercado: a neutralidade da rede	58
5. De que maneira o Marco Civil da Internet pode contribuir para as liberdades de mercado?	60
6. Considerações Finais.....	62
Referências Bibliográficas	63

3. Governança da internet, Marco Civil da Internet e Mercado de Capitais, 65

RENATA WEINGRILL LANCELOTTI

1. Considerações Iniciais	65
2. Governança da Internet e o Marco Civil da Internet	66
4. Práticas de governança da internet adotadas pelo Mercado de Capitais	73
4. Conclusão.....	85
5. Bibliografia.....	86

4. Livre concorrência e Internet: A Importância da Neutralidade de Redes para o Contínuo Desenvolvimento da Web, 87

CAROL ELIZABETH CONWAY

1. Primeira Geração Normativa	88
2. Segunda Geração Normativa	91
3. Neutralidade de Redes e Defesa da Concorrência – o debate no Direito Comparado	100
Conclusão	107

5. O Princípio da Neutralidade e o Marco Civil da Internet no Brasil, 109

PAULA A. FORGIONI & MAIRA YURIKO ROCHA MIURA

Introdução.....	109
A Revolução da <i>Internet</i>	111
A Neutralidade de Rede	112
Controvérsias sobre a neutralidade. Os principais argumentos.....	116
O Marco Civil da <i>Internet</i>	125
A neutralidade como diretriz do processo de aplicação/interpretação da Lei n. Lei nº 12.965/2014	131
Conclusão	132
Bibliografia	133

6. O Marco Civil e a Importância da Neutralidade da Rede: Evidências Empíricas no Brasil, 137

PEDRO HENRIQUE SOARES RAMOS

Introdução.....	137
O que é Neutralidade da Rede	138

Os Efeitos sobre Inovação	141
Os Efeitos para os Usuários da Rede	144
Direções para Futuros Estudos.....	152
Referências	153

7. A Acessibilidade e o Direito de Navegar na Web, 155

BRUNA CASTANHEIRA DE FREITAS

1. Introdução	155
2. Acessibilidade: Do Mundo Físico ao Digital	155
3. Acessibilidade na Web	159
4. Acessibilidade na Web e o Marco Civil da Internet	162
5. Considerações Finais	166
Referências Bibliográficas	167

8. A Guarda dos Registros de Conexão e dos Registros de Acesso às Aplicações no Marco Civil, 169

FABIO NORI

1. A Definição de Registro	169
2. A tutela dos registros e a necessidade de guardá-los	170
3. Os registros com dados pessoais e os registros dados anônimos	173
4. Diferenças entre registro e interceptação de informação	175
5. As espécies de registros quanto à sua guarda	176
5.1. Os registros de guarda obrigatória	177
5.1.1. O esgotamento do IPv4 e os registros de conexão e de acesso às aplicações	178
5.2. Os registros de guarda necessária.....	180
5.3. Os registros cuja guarda é vedada	182
5.4. Os registros de guarda permitida mediante autorização do usuário.....	182
6. A guarda dos registros	183
7. A guarda dos registros da conexão compartilhada.....	186
8. Conclusão	188
Referências Bibliográficas	188

9. O Capitalismo Eletrônico Informático. Sistemas “High Frequency Trading” ou “algotraders” das corretoras de valores. Plataformas de “crowdfunding”, 191

ILENE PATRÍCIA DE NORONHA NAJJARIAN

Introito.....	191
1. Do Capitalismo Eletrônico Informático	193
2. Os contratos telemáticos quando ofertados publicamente	205
Conclusão	209
Bibliografia	210

10. Sigilo das Comunicações Eletrônicas Diante do Marco Civil da Internet, 211

JOÃO FÁBIO A. AZEREDO

1. Introdução	211
2. Sigilo de Dados: Quais Dados?.....	213
3. A possibilidade, ou não, do afastamento do sigilo da comunicação de dados	218
4. A extensão da proteção dada à comunicação de dados	221
5. Proteção ao sigilo das comunicações privadas armazenadas	226
6. Sigilo das comunicações diante do Marco Civil da Internet – conclusão	228
Referências Bibliográficas	230

11. Marco Civil da Internet: Mercado e Estado de Vigilância, 233

MARCO A. BARBOSA

Introdução.....	233
1. Contextualizando a internet, seu uso e a adoção do marco civil no Brasil.....	234
2. O lobby das telecomunicações	236
3. Efeito Snowden	238
4. O Poder das Teles.....	239
5. Marco Civil em segundo plano	241
6. Liberdade de expressão, privacidade, ou negócios lucrativos no estado de vigilância?	243
Considerações Finais	249
Referências.....	250

12. Marco Civil da Internet no Brasil e Regulação e/ou Governança da Internet no Mundo, 253

EMERSON WENDT

1. Introdução	253
2. A Governança e a Regulação da Internet no Brasil.....	257
2.1. Função e atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil ...	260
2.2. A regulação da Internet no Brasil: Marco Civil da Internet.....	262
3. A Governança e a Regulação da Internet no Mundo	265
3.1. A governança da Internet mundial.....	265
3.2. Modelos de governança em debate: a tendência <i>multistakeholder</i>	267
4. Globalização, Regulações e Governança da Internet: Conclusões	270
Bibliografia	273

PARTE IV

ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS RELEVANTES DO MARCO CIVIL

1. Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A Responsabilidade Civil por Dano Derivado do Conteúdo Gerado por Terceiro, 277

ANDERSON SCHREIBER

1. Introdução	277
2. Liberdade de expressão no universo virtual. Redes sociais e <i>hate speech</i> . Determinismo tecnológico e o papel do Direito. A responsabilidade civil por dano derivado de conteúdo gerado por terceiro	278
3. Posicionamento da jurisprudência brasileira anteriormente ao Marco Civil da Internet. A questão da identificação do terceiro. A importação do <i>notice and takedown</i>	284
4. O artigo 19 do Marco Civil da Internet: flagrante retrocesso. Engessamento da tutela. Nem <i>notice</i> , nem <i>takedown</i> . Importação ou deturpação?.....	289
5. Inconstitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet. Violação à garantia constitucional de reparação plena e integral por danos à honra, à privacidade e à imagem (CF, art. 5º, X). Violação ao princípio do acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV). Desrespeito à vedação de retrocesso. Inversão axiológica	292

6. Uma proposta de salvação: interpretação conforme art. 5º, X, da Constituição da República. Exegese do art. 21 do Marco Civil da Internet. Identidade de fundamento. Desnecessidade de notificação judicial	295
7. O problema da supressão. Outros remédios aplicáveis ao ambiente virtual: desidentificação, indexação adequada, contextualização. Direito ao esquecimento na internet.....	298
8. A questão do conteúdo próprio. O caso Nissim Ourfali e o direito de arrependimento na postagem de conteúdo próprio	300
9. Conclusão	304

2. Uma Análise Crítica da Responsabilidade Civil dos Provedores na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), 307

CLAUDIA LUIZ BUENO DE GODOY

1. A proposta do estudo.....	307
2. O entendimento sedimentado sobre a responsabilidade dos provedores antes do Marco Civil.....	308
3. A disposição da matéria na Lei nº 12.965/2014	310
4. Uma análise crítica da matéria no Marco Civil	312
5. Uma proposta de interpretação da disciplina do Marco Civil em matéria de responsabilidade dos provedores	316
6. Conclusão	319
Referência bibliográficas	320

3. Marco Civil da Internet e Direito Autoral: Responsabilidade Civil dos Provedores de Conteúdo, 321

SILMARA J. DE A. CHINELLATO

1. Princípios expressos no Marco Civil: a ênfase à liberdade de expressão	322
2. Responsabilidade civil: aspectos fundamentais	325
3. Responsabilidade civil por violação a direito de autor, na internet	329
Conclusões	337
Referências	338

4. Responsabilidade Civil no Comércio Eletrônico: A Livre-iniciativa e a Defesa do Consumidor, 341

TARCISIO TEIXEIRA

Introdução.....	341
1. Comércio Eletrônico	341
2. A Regulamentação e a Proteção dos Consumidores na Internet	343
3. Responsabilidade Civil – Fundamentos.....	347
4. Contornos da Responsabilidade dos Intermediários	354
5. Os Modelos de Intermediação na Internet	357
6. A Responsabilidade dos Intermediários no Comércio Eletrônico de Acordo com a Jurisprudência.....	365
7. A Livre-iniciativa e a Defesa do Consumidor	369
Conclusão	372
Referências Bibliográficas	373

5. As Cinco Faces da Proteção à Liberdade de Expressão no Marco Civil da Internet, 377

CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA

1. Introdução	377
2. Fundamentos da proteção à liberdade de expressão	378
2.1. Liberdade de pensamento e de expressão.....	380
3. Liberdade de expressão como fundamento da disciplina do uso da Internet no Brasil	382
4. Liberdade de expressão como princípio da disciplina do uso da Internet no Brasil	385
4.1. A tutela da liberdade de expressão nos Estados Unidos	385
4.2. A vedação ao anonimato no Direito brasileiro.....	388
4.3. Liberdade de expressão e anonimato na Internet	390
4.4. O caso do aplicativo Secret.....	391
5. Liberdade de expressão como condição para o pleno exercício do direito de acesso à Internet	396
6. Liberdade de expressão como parâmetro a ser ponderado em casos de responsabilidade civil de provedores	398
6.1. Lições de um precedente argentino	399
6.2. Liberdade de expressão e danos no Marco Civil.....	403
7. Liberdade de expressão e direitos autorais.....	405
Conclusão	407
Bibliografia	407

**6. O Dever de Guarda de Registro de Aplicações
Mediante Notificação Extrajudicial na
Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), 409**

SILVANO JOSÉ GOMES FLUMIGNAN

1. Proposta do Ensaio	409
2. A contextualização do provedor de aplicação na Lei nº 12.965/14.....	411
3. A boa-fé objetiva no “Marco Civil da Internet”	415
4. Da guarda do registro de acesso e aplicações da internet: permanência da notificação extrajudicial (arts. 15 e 22).....	418
Conclusões.....	426
Referências bibliográficas	426
Decisões mencionadas	427

7. Os Registros Públicos e a Internet, 429

RENATA MOTA MACIEL MADEIRA DEZEM

1. Introdução	429
2. A razão de ser dos registros públicos	429
3. A publicidade como elemento essencial do sistema registrário	432
4. A internet e a publicidade.....	436
5. Novos caminhos	440
6. A prestação do serviço de registro e de notas por meio da internet.....	444
6.1. Registro Civil de Pessoas Naturais	444
6.2. Tabelionato de Notas.....	445
6.3. Tabelionato de Protesto	446
6.4. Registro de Imóveis	447
7. Conclusão	451
Bibliografia	452

**8. Provas digitais: Limites Constitucionais
e o Marco Civil da Internet, 455**

AUGUSTO TAVARES ROSA MARCACINI

I. Introdução.....	455
II. Considerações gerais sobre a prova.....	455
1. Direito à prova e seus limites.....	455
2. Vedação à prova ilícita.....	456
3. Lícitude das provas e a proteção ao sigilo de dados e à comunicação.....	458

4. Apreciação racional da prova e as provas digitais	466
III. O Marco Civil e a obtenção da prova	468
1. Disposições do Marco Civil que se relacionam à prova.....	468
2. Prova mediante interceptação ou apreensão de dados digitais	468
3. Outras disposições sobre prova digital e considerações sobre sua valoração	470
IV. Conclusões.....	472
Bibliografia	472

9. A Requisição Judicial de Registros de Conexão e Aplicações no Marco Civil, 475

RAFAEL FERNANDES MACIEL

I. Introdução.....	475
II. Utilidade dos registros	477
III. Quanto à necessidade de ordem judicial.....	480
IV. Legitimidade ativa.....	487
V. Destinatários da ordem (Legitimidade passiva).....	487
VI. Momento processual	488
VII. Requisitos para concessão da ordem judicial	491
VIII. Segredo de Justiça.....	493
IX. Considerações finais	494
X. Bibliografia	495
Links da Internet.....	495
Legislação	495

10. Marco Civil da Internet: Implicações Jurídico-Processuais da Lei 12.965/14, 497

CAMILO ZUFELATO & SILVIO SPONCHIADO NETO

1. Internet e seu Marco Civil no Brasil.....	497
2. A função social da internet, liberdade de expressão e a garantia da privacidade dos usuários numa perspectiva constitucional	499
3. Implicações jurídico-processuais da Lei 12.965/14: tutela específica, tutela geral e outras questões atinentes ao processo civil.....	505
3.1. As espécies de tutela processual aplicáveis.....	509
4. Conclusões.....	520
Referências	521

11. Sistemas Informatizados de Processo Judicial X Adesão a Padrões Tecnológicos Abertos Previstos no Marco Civil, 523

ANA AMELIA MENNA BARRETO

1. Marco legal do processo eletrônico	523
2. Uso da tecnologia da informação no Poder Judiciário.....	524
Conselho Nacional de Justiça – Sistema Projudi.....	524
Supremo Tribunal Federal	524
Superior Tribunal de Justiça	525
Tribunais Regionais Federais	526
Justiça Trabalhista.....	527
Tribunais de Justiça Estaduais.....	527
3. Modelo Nacional de Interoperabilidade	528
4. Padrões tecnológicos previstos no Marco Civil.....	530
5. Conclusão.....	532

PARTE V

A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

1. O “Marco Civil da Internet”, a Comparação de Direitos e o Futuro, 541

JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO

1. A Lei nº 12.965, de 23.04.14	541
2. O confronto com a situação em Portugal e na União Europeia	543
3. As “Disposições Preliminares”: vacuidade formal e valia substancial	544
4. Os direitos e garantias dos usuários. Os dados pessoais	546
5. A neutralidade da rede	547
6. Os registros de conexão e de acesso a aplicações da internet, os dados pessoais e as comunicações privadas	549
7. A competência da lei brasileira	551
8. O desafio da digitalização e o poder público.....	552
9. Interface com outros ramos do Direito: Consumidor e Autoral. O futuro.....	554

2. La Responsabilidad de los Buscadores de Internet, 557

RICARDO L. LORENZETTI

1. Introducción. Los desarrollos tecnológicos y los derechos personalísimos	557
2. Los derechos fundamentales en juego: Libertad de expresión y derechos personalísimos.....	558
3. La responsabilidad de las empresas que gestionan los buscadores de internet.....	559
4. El problema de la antijuridicidad	560
5. Uso de la imagen y responsabilidad de los buscadores	563
6. Prevención del daño y tutela sustancial inhibitoria. Su carácter iusfundamental.....	564
7. Conclusión.....	567

3. Os Contratos Electrónicos na União Europeia e em Portugal, 569

MÁRIO FROTA

I. Introdução.....	569
II. Dos Contratos Electrónicos (Modalidade dos Contratos à Distância).....	571
1. Noção.....	571
2. Âmbito de aplicação.....	572
3. Contratos excluídos do regime legal aqui consagrado	572
III. Da Formação do Contrato	574
1. Requisitos de fundo	574
1.1. Dos requisitos em geral	574
1.2. Do consentimento: livre, esclarecido e ponderado	574
1.2.1. Da liberdade.....	574
1.2.1.1. Em geral	575
1.2.1.2. Do assédio	575
1.2.1.3. Da influência indevida	576
1.2.1.4. Critérios de aferição dos meios ilícitos adoptados ou empregues: os remédios	577
1.2.1.4.1. Os critérios.....	577
1.2.1.4.2. Os remédios	578
1.2.2. Do esclarecimento	579
1.2.2.1. Da informação pré-contratual.....	579
1.2.2.2. Das menções obrigatórias	583
1.2.2.3. Consequências em caso de inobservância.....	583
1.2.3. Da ponderação ou reflexão	585
2. Requisitos de forma	585

2.1. Do contrato e seu suporte	585
2.2. Complementares exigências de forma.....	586
2.2.1. Contratos por via electrónica.....	586
2.2.2. Obrigação de pagamento	587
2.2.3. Conclusão da encomenda “By Now” (compre agora).....	587
2.3. Condições Gerais do Contrato.....	587
3. Proposta contratual e convite a contratar	588
4. Ordem de encomenda e aviso de recepção	588
5. Confirmação da celebração do contrato	589
6. Comunicações não solicitadas	590
7. Ónus da prova	592
IV. Da Ponderação ou Reflexão	592
1. Razão de ser	592
2. Direito de retractação ou desistência: noção.....	593
3. Características	594
4. Excepções ao regime-regra.....	595
5. Meios	596
6. Dos prazos.....	597
7. Exercício do direito de retractação.....	598
8. Omissão de informação sobre o direito de retractação: efeitos.....	599
9. Efeitos	599
9.1. Efeitos directos e imediatos.....	599
9.2. Efeitos nos contratos acessórios	599
10. Obrigações decorrentes da retractação ou desistência.....	601
10.1. Do fornecedor	601
10.2. Do consumidor	601
11. Manipulação dos bens no decurso do período de reflexão.....	603
12. Prestações de serviço durante o período de reflexão ou ponderação	603
13. Ónus da prova	604
Bibliografia	604
Anexo: Formulário de Retractação	605

4. *Internetrecht*: Aspectos de Direito Comparado Alemão, 609

ALESSANDRO HIRATA

1. Introdução	609
2. Responsabilidade dos provedores	610
2.1. Provedor de conteúdo	610
2.2. Provedor de acesso	613

2.3. Provedor de hospedagem.....	615
2.4. Responsabilidade por <i>hyperlinks</i>	617
3. Conclusões.....	617

5. Marco Civil da Internet e Guerra Cibernética: Análise comparativa à luz do Manual de Talin sobre os Princípios do Direito Internacional aplicáveis à Guerra Cibernética, 619

LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO

1. Introdução	619
2. O Marco Civil da Internet brasileira.....	621
3. Manual de Talin sobre o Direito Internacional Aplicável à Guerra Cibernética	629
3.1. Afirmação da Aplicabilidade do Direito Internacional Costumeiro e Convencional à Guerra Cibernética	632
3.1.1. Soberania – Um Estado pode exercer o controle sobre infraestrutura e as atividades cibernéticas no interior de seu território soberano.....	633
3.1.2. Jurisdição – Sem prejuízo das obrigações internacionais aplicáveis, um Estado pode exercer sua jurisdição: a) sobre pessoas envolvidas em atividades cibernéticas no seu território; b) sobre a infraestrutura cibernética localizada em seu território; e c) extraterritorialmente, de acordo com o Direito Internacional.....	635
3.1.3. Responsabilidade pelo Controle da Infraestrutura Cibernética – Um Estado não pode conscientemente permitir que a infraestrutura cibernética localizada em seu território seja usada para causar danos ou afetar ilegalmente outros Estados.....	637
4. Conclusões	638
Referência Bibliográfica.....	639

6. The Emergence of Net Neutrality Regulation in Canada: How Canada Developed a Consensus Policy on One of the Internet's Most Contentious Issues, 641

MICHAEL GEIST

1. Introduction.....	641
2. 2004-06: The Net Neutrality Warning Signs in Canada	644
3. 2006-09: The Demand for Net Neutrality Regulation Mounts in Canada.....	647

4. 2009: The CRTC Establishes Internet Traffic Management Practices (ITMPs)	666
a. The Technical Issues.....	666
b. Groups Supporting Net Neutrality.....	667
c. Against Net Neutrality.....	673
d. The Decision	678
5. 2009-12: Enforcement of ITMPs and other Net Neutrality Laws.....	680
6. Conclusion	685